

HABEAS CORPUS Nº 493.888 - SP (2019/0046066-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ANDRÉ GUSTAVO ZANONI BRAGA DE CASTRO E OUTRO
ADVOGADOS : ANDRE GUSTAVO ZANONI BRAGA DE CASTRO -
SP0161963
RAPHAEL SOARES DA SILVA - SP408106
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HIGOR RAFAEL DA SILVA RODRIGUES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de HIGOR RAFAEL DA SILVA RODRIGUES, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0001797-50.2017.826.0637).

Extraí-se dos autos que o paciente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 33 c/c art. 40, inciso VI, ambos da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de entorpecentes), à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime inicial fechado.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, o qual deu parcial provimento ao recurso nos termos do acórdão que restou assim ementado:

APELAÇÃO - Tráfico de entorpecentes - Materialidade e autoria comprovadas - Conduta que se amolda ao art. 33, caput, da Lei n" 11.343/06 - Condenação que deveras se impunha - Insurgência recursal visando apenas o abrandamento da punição - Aplicação do benefício previsto no parágrafo 4º do artigo 33 da Lei de Drogas, na proporção de 2/3 (dois terços), que ora se confere - Descabimento da substituição da reprimenda privativa de liberdade por restritivas de direitos ante as peculiaridades do caso e o princípio da suficiência da pena - Regime prisional inicial fechado em decorrência de tais peculiaridades - Recurso parcialmente provido (fl. 27).

No presente *mandamus*, alega que o tempo de prisão cautelar deve ser considerado para fins de fixação do regime inicial de cumprimento da pena, nos termos do art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal.

Requer, assim, em liminar, a expedição de salvo conduto para que o paciente aguarde em liberdade o julgamento definitivo da impetração. No mérito, pleiteia

a fixação de regime inicial aberto.

É o relatório.

Decido.

A presente impetração traz pedido idêntico ao formulado no HC 486.074/SP, ainda em trâmite perante esta Corte Superior, e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo no Apelação n. 0001797-50.2017.826.0637.

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste *mandamus*, reservo a análise da controvérsia aos autos da primeira impetração.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ.

MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.

II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.

Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator